

# O trabalho das emoções na experiência pública: marés verdes na Bretanha<sup>1 2</sup>

## *The work of emotions in public experience: green tides in Brittany*

Louis Quéré<sup>3</sup>

“É preciso que um problema seja sentido para poder ser enunciado” (DEWEY, 1993 [1938], p. 132). Para John Dewey, a apreensão sensível do caráter problemático de uma situação precede sua elaboração cognitiva em uma pesquisa:

Formular a natureza de um problema significa que a qualidade subjacente [...] se tornou objeto de um pensamento articulado. Porém, algo se apresenta como problemático antes que reconheçamos *qual* é o problema. O problema “tem sido”, ou temos sua experiência, antes que possamos enunciá-lo ou destacá-lo, mas ele “tem sido” como uma qualidade imediata de uma situação global. Sentir que algo causa problema, deixa perplexo e demanda solução,

---

**1.** Agradeço às observações, críticas e sugestões de Martin Aranguren, Daniel Cefaï, Pierre Livet, Albert Ogien, Patricia Paperman, Cédric Terzi Jérôme Truc e Julia Velkovska.

**2.** NdT: Traduzido por Marcílio Dantas Brandão e Julien Zeppetella a partir de QUÉRÉ, Louis. Le travail des émotions dans l’expérience publique – Marées vertes en Bretagne. In: CEFAÏ, Daniel; TERZI, Cédric (dir.). *L’expérience des problèmes publics*. [Collection Raisons Pratiques]. Paris: Éditions de l’EHESS, 2012, p. 135-162. Tratando-se da tradução de um artigo originalmente publicado em livro, optamos por manter a forma original do texto, que não dispõe de resumo nem palavras-chave. Informamos ainda que obtivemos autorização do autor e da editora para a presente publicação.

**3.** NdT: Diretor de Pesquisas emérito do Conselho Nacional de Pesquisa Científica da França, ex-diretor do Instituto Marcel Mauss e membro honorário do Centro de Estudos dos Movimentos Sociais (CEMS) da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais (EHESS). [quere@ehess.fr](mailto:quere@ehess.fr)

indica a presença de alguma coisa que penetra todos os elementos e todas as considerações. O pensamento é a operação pela qual isto é convertido em termos pertinentes e coerentes. (DEWEY, 1931, p. 249)

Dewey toma o cuidado de precisar, em trabalho posterior (1993 [1938], p. 129), que a “situação global” não é um sentimento ou uma emoção: “Ao contrário, o sentimento, a sensação e a emoção devem ser identificados e descritos em função da presença imediata de uma situação qualitativa total”.

Podemos pensar que esta observação se aplica também aos problemas públicos e, daí, supor que sua instituição e resolução tenha fundamentos de ordem sensível nos quais os afetos intervêm. No entanto, resta a questão sobre em que termos podemos expressar estes fundamentos e intervenções? A citação precedente destaca a conversão do objeto de uma sensação ou de um sentimento em um objeto de pensamento, mas não descreve realmente nem a intervenção dos afetos nesta conversão nem sua transformação neste processo. Esta é a tarefa à qual dedico este artigo, lançando-me sobre a dinâmica e o trabalho das emoções; notadamente das emoções coletivas que sustentam os diversos momentos de percepção, definição e resolução de um problema público. O caso que escolhi examinar é o das chamadas “marés verdes na Bretanha” e, portanto, começarei apresentando este caso. Em seguida, explicarei, por meio de um contorno teórico substancial, o que entendo por “trabalho das emoções” [empregarei a expressão em um sentido diferente de Hochschild (1979) que visa o trabalho *sobre* as emoções<sup>4</sup>]. Em uma terceira parte, destacarei alguns aspectos concretos deste “trabalho” no caso em tela.

---

4. A definição de Hochschild é a seguinte (1979, p. 561): “Por ‘trabalho de emoção’ (*emotion work*), eu entendo o ato de tentar mudar, em grau ou qualidade, uma emoção ou um sentimento. Trabalho sobre a emoção ou sobre o sentimento remete a [...] ‘gerenciar’ uma emoção [...]. Note-se que ‘trabalho de emoção’ se refere ao esforço – ao ato de tentar – e não ao resultado”. Este trabalho sobre a emoção acontece em meio a regras socialmente compartilhadas que fornecem diretrizes no que tange ao modo pelo qual “sentimos, tentamos sentir, queremos tentar sentir” (HOCHSCHILD, 1979, p. 563). Portanto, integram este trabalho a manifestação facial e corporal, incluindo os fingimentos de sentimentos ou emoções socialmente apropriados a uma situação ou a um quadro organizacional.

## O problema público das “marés verdes” na Bretanha<sup>5</sup>

Há cerca de quarenta anos, o fenômeno das marés verdes na Bretanha (que sempre existiu de modo muito limitado) ganhou dimensões consideráveis e se tornou um problema público. Tornou-se um problema público porque foi instituído como tal e “dramatizado” [no sentido de Gusfield (2009 [1981]): constituído em drama, no sentido literário do termo, em cena pública]. Foi instituído como problema desde que percebido como novo e anormal, categorizado como poluição de origem humana; inaceitável, mas remediável. Foi analisado em busca de suas causas e da proposição de soluções. Foram estabelecidas responsabilidades tanto em relação à origem do fenômeno quanto em relação a quem se ocuparia do tratamento de suas consequências.

Os instigadores desta problematização têm sido as associações ecológicas, notadamente “*Eau et rivières de Bretagne*” (Água e rios da Bretanha), “*Halte aux marées vertes*” (Fim das marés verdes), “*Sauvegarde du Trégor*” (Salvaguarda do Trégor) e outras. A primeira constatação de poluição das praias pelas algas verdes foi feita em 1971, no município de Saint-Michel-en-Grève, no Departamento de Côtes-d’Armor. Em 1992, *Eau et rivières de Bretagne* denunciou à Comissão Europeia que a França violara a diretriz de 1975 sobre o teor de nitrato na água. A Comissão condenou o país em 2001. Esta foi a mesma época em que cientistas do IFREMER (Instituto Francês de Pesquisa para a Exploração do Mar) e do CEVA (Centro de Estudos e de Valorização das Algas), sob demanda de associações ecológicas, estabeleceram que o alto teor de nitratos nas águas dos rios provocavam a proliferação das algas verdes nas

---

5. NdT: A divisão político-administrativa da França é bastante diferente do Brasil. O Estado francês se divide em cinco níveis: Região, Departamento, *arrondissement*, cantão (*canton*) e município (*commune*). Para efeito de redação, gravamos as palavras “região” e “departamento” com iniciais maiúsculas quando nos referimos especificamente a uma ou mais unidades administrativas do território francês. A Bretanha é uma das treze Regiões da França situadas na Europa, localizada ao extremo oeste do país, divide-se em quatro Departamentos, quinze *arrissements*, 102 cantões e 1233 municípios. Trata-se da Região com a mais longa extensão de costa marítima. Suas principais atividades econômicas são a agropecuária, a indústria alimentar e o turismo sazonal à beira-mar. Cf.: < [http://www.bretagne.bzh/jcms/TF071112\\_5060/fr/la-bretagne](http://www.bretagne.bzh/jcms/TF071112_5060/fr/la-bretagne) >. Acesso: 05 out. 2018.

baías pouco profundas a partir da primavera, quando as águas marítimas se aquecem e cresce a incidência de sol. Esta elevação do teor de nitratos resulta essencialmente da lixiviação das terras agricultáveis que têm muito azoto e nitrato devido, principalmente, ao uso excessivo de fertilizantes e à grande dispersão de dejetos de animais criados em regime intensivo.

Em fevereiro de 2004, quatro associações iniciaram uma ação judicial contra o Estado por danos causados às baías dos municípios de Saint-Brieuc, Lannion (no Departamento Côtes-d’Armor) e Douarnenez (no Finistério). Em outubro de 2007, o processo judicial gerou uma condenação do Estado pelo Tribunal de Rennes devido à falta de execução das regulamentações europeias e francesas no que tange à conservação da qualidade da água; a sanção foi confirmada em segunda instância em dezembro de 2009. Neste mesmo ano, mais de trezentas ações judiciais foram iniciadas naquele Tribunal por diversas associações que reclamavam da inércia do Estado em relação ao problema das algas verdes. Novas ações foram iniciadas em agosto de 2011, em consequência do caso dos “javalis de Morieux” (que evocarei adiante).

Só então o Estado recorreu a explicações científicas e tomou medidas para combater o fenômeno. Em um relatório datado de agosto de 2009, direcionado ao Primeiro Ministro, o representante do Poder Executivo de Côtes-d’Armor reconheceu que um dos fatores importantes para o desenvolvimento de algas em pleno mar (que causavam as marés verdes porque ficavam suspensas sobre as águas e se deslocavam para as praias devido ao movimento marítimo) era a abundância de azoto inorgânico levado pelos cursos d’água: “É principalmente de origem agrícola, estrume e outros fertilizantes minerais espalhados pelas bacias hidrográficas atingidas”.

Esta explicação continua a ser contestada por uma parte do mundo agrícola que invoca a antiguidade do fenômeno, alegando redução de apetite dos gastrópodes consumidores de algas, sublinhando a importância das condições geoclimáticas, incriminando principalmente os fosfatos emitidos pelas estações de tratamento e reduzindo – ou até mesmo negando totalmente – o papel do azoto de origem agrícola: “Não há nenhuma correlação demonstrada entre dejetos de azoto e desenvolvimento de algas verdes”. As algas verdes poderiam até ser um trunfo para a economia regional se recolhidas

antes que encalhassem nas praias e valorizadas, por exemplo, na produção de nanomateriais! Algumas organizações agrícolas recorreram aos serviços de um Instituto Científico e Tecnológico do Meio Ambiente, criado e dirigido, com apoio da indústria agroalimentar do Oeste, por um engenheiro agrônomo (egresso do INRA – Instituto Nacional de Pesquisa Agronômica) que contesta o fundamento das diretrizes europeias sobre nitratos argumentando que não existe nenhuma razão sanitária de manter a interdição aos nitratos porque eles seriam, na verdade, mais benéficos que maléficos para a saúde. Mesmo tendo sido acusado de charlatanismo por boa parte da comunidade científica, este engenheiro continua muito solicitado pela camada mais “negacionista” do mundo agrícola. A posição das câmaras de agricultura, sindicatos, cooperativas e organizações profissionais reunidas, desde 2009, no CAP Bretagne (Comitê por uma Agricultura Positiva para a Bretanha), cujo objetivo é promover uma agricultura “produzindo sustentavelmente com respeito ao meio ambiente”, é mais nuançada e cooperativa.

Muitos acontecimentos dolorosos (como mortes inexplicadas em uma praia poluída, de cães, depois um cavalo e, finalmente, em 2009, um caminhoneiro que transportava para um depósito algas recolhidas da praia) contribuíram para estender a pesquisa a aspectos anteriormente pouco explorados, dando ao problema a dimensão de problema de saúde pública. Só muito recentemente, cientistas e médicos estabeleceram que algas em putrefação liberavam cerca de trinta substâncias tóxicas, inclusive um gás mortal, o sulfeto de hidrogênio ( $H_2S$ ). O relatório do INERIS (INSTITUTO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE E DOS RISCOS) confirmando oficialmente o risco dos gases tóxicos liberados pela decomposição das algas verdes foi emitido em 2009. Uma regulamentação de acesso às praias poluídas foi então adotada para prevenir acidentes e algumas disposições foram tomadas para alertar os usuários.

Uma estabilidade relativa foi alcançada na explicação do fenômeno, mesmo que ainda permanecesse rejeitada pelos defensores da agricultura intensiva e pelos porta-vozes da indústria agroalimentar, dispositivos de prevenção e tratamento foram organizados em dois sentidos. O primeiro visando à coleta e armazenamento das algas. Estas operações ficaram a cargo das administrações municipais durante muitos anos e só recentemente o Estado

nacional acrescentou apoio financeiro a estas operações. O segundo bloco de iniciativas diz respeito a programas de redução de dejetos de azoto nas bacias hidrográficas afluentes das baías poluídas, o que se enquadrou em um plano governamental de luta contra as algas verdes. A principal medida consiste em incentivar e apoiar os agricultores a transformar progressivamente seus sistemas de cultivo para limitar o uso de fertilizantes químicos e sua consequente dispersão, de modo a reduzir o fluxo de azoto nos cursos d'água (redução do plantel, extensão de pastagens, redução do cultivo de milho, cobertura vegetal de solos durante o inverno, multiplicação de fazendas “orgânicas”, re-organização fundiária, recuperação de campos, etc.). Estes programas foram elaborados – ou estão em curso de elaboração – no contexto de uma concertação entre profissionais da agropecuária, setores da administração pública, cientistas (foi criado, em fevereiro de 2010, um comitê científico regional para analisar e avaliar tais iniciativas) e associações de defesa do meio ambiente; para tanto, há apoio financeiro do Estado. A elaboração e execução destes planos demandam cooperação entre diferentes parceiros, uma cooperação de bases frágeis devido ao fato do problema suscitar tantas tensões e emoções.

Podemos dizer que o problema das algas verdes corresponde a uma “configuração emocional” (EMIRBAYER, GOLDBERG, 2005) específica. Mesmo que não correspondam à totalidade dos implicados nesta configuração, há, de um lado, os praticantes de uma agropecuária intensiva e, do outro, militantes de associações de defesa do meio ambiente e diversos partidários de uma agricultura “sustentável e solidária”. Uns e outros se acusam mutuamente e tentam expor ao público os fundamentos das causas que defendem. Um exemplo foi o “caso” da campanha publicitária desenvolvida pela FNE (FEDERAÇÃO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE) que desenvolveu cartazes para serem afixados no metrô às vésperas do Salão Anual da Agricultura. Dois destes cartazes denunciavam os efeitos nefastos da agricultura industrial na França, referenciando o perigo mortal da decomposição das algas verdes nas praias. Ninguém viu estes cartazes [no metrô], pois eles foram recusados pelo setor de publicidade da RATP<sup>6</sup> sob

---

6. NdT: *Régie Autonome des Transports Parisiens* – o serviço público de administração dos transportes coletivos de Paris e região.

pretexto de que tinham “visual muito depreciativo, contrário ao princípio de neutralidade do serviço público”, veiculavam mensagens “agressivas demais”, “visando diretamente aos pecuaristas”. Mesmo assim, os cartazes circularam bastante e foram abundantemente reproduzidos pela imprensa regional.

Apesar de não fazer nenhuma menção à Bretanha, a praia poluída que os cartazes apresentavam foi imediatamente reconhecida como bretã e precisamente localizada. Isto fez com que o Presidente [do Conselho Regional] da Bretanha apresentasse uma queixa-crime contra a FNE sob o argumento de que os cartazes prejudicavam os interesses econômicos da região e – mesmo que não estivesse explícito – podiam ferir àqueles que à época se engajavam nos planos de prevenção e tratamento supracitados. A queixa foi finalmente retirada poucos dias antes que fosse levada à apreciação judicial, justamente no momento em que se constatava um recrudescimento do problema devido às condições meteorológicas da primavera de 2011 que ampliavam a quantidade de algas verdes encalhadas nas praias da região.

Por outro lado, os habitantes que identificaram uma de “suas” praias nos cartazes contestaram a veracidade da foto difundida, argumentando que nunca tinham visto tantas algas verdes naquela praia. Foi finalmente comprovado que a foto tinha realmente sido feita naquela praia, em tal data, por tal pessoa, em tais circunstâncias, sem receber nenhum retoque.

Em resumo, neste caso, houve muitas emoções em jogo. Elas foram reavivadas por acontecimentos inesperados, combinaram-se com aspectos práticos e intelectuais de instrução e tratamento do problema. Outros episódios testemunham a “configuração emocional” ocasionada pela “dramatização” do problema das algas verdes na Bretanha. Um deles é a organização, em 19 de setembro de 2010, de duas manifestações antagônicas em um mesmo local. Neste dia, a organização Meio Ambiente da Baía de Douarnenez, criada poucos meses antes para lutar contra a proliferação das algas verdes naquela baía, organizou com o apoio de mais de oitenta outras organizações da Bretanha, uma marcha de protesto em Sainte-Anne-La-Plaud, no município de Plonevez-Porzay (Finistério Sul). Em reação, um Coletivo pela preservação do meio ambiente e da atividade econômica na baía de Douarnenez convocou, com apoio da FDSEA (Federação departamental dos sindicatos de produtores agrícolas) do Finistério,

uma contra-manifestação no mesmo dia, no mesmo local e à mesma hora, para denunciar a “fúria das associações (especialmente ecológicas) contra os agricultores bretões”, opondo-se à “degradação da imagem da Bretanha” e chamando atenção para os importantes esforços já feitos pela agricultura para contribuir com a resolução do problema das algas verdes. Enquanto uns se defendiam da acusação de serem “sabotadores da imagem da Bretanha” e pediam mais coerência e encaminhamentos da parte do Estado, outros se indignavam com a ideia de ter apenas os agricultores como responsáveis pelo problema das algas verdes, em detrimento dos sistemas de tratamento de esgoto dos municípios. O mesmo cenário se reproduziu em 18 de setembro de 2011, em Fouesnant.

Outro episódio importante foi o dos “javalis de Morieux”. Entre julho e agosto de 2011, em uma praia da baía de Saint-Brieuc (sujeita a muitos encahlamentos de algas verdes), foram sucessivamente encontrados os cadáveres de trinta e seis javalis e de um rato-d’água. Estas mortes seriam imputadas ao gás tóxico ( $H_2S$ ) liberado pelas algas em putrefação, a cianobactérias presentes na água do rio que desagua naquele ponto, como postulavam alguns ecologistas, ou ao envenenamento voluntário, como diziam as organizações agrícolas? O suspense durou uma parte do verão, enquanto não chegavam os resultados das análises demandadas pela administração de Côtes-d’Armor. Diferentes emoções acompanharam a evolução deste “drama”. É preciso destacar que os acontecimentos se passaram num momento muito particular de elaboração conflituosa do plano de luta contra as algas verdes na baía de Saint-Brieuc. Uma primeira versão deste plano recebeu um parecer contrário do Comitê Científico Regional, em fevereiro de 2011. As organizações agrícolas reagiram fortemente e se excluíram do comitê de acompanhamento deste plano, denunciando os constrangimentos que ele impunha à agricultura: de um lado, apontavam que o objetivo definido pelos cientistas “não era realista” porque exigiria “acabar com toda a atividade agrícola na área daquela bacia hidrográfica”; por outro lado,

O maior investimento seria em engenharia e papelada do que em medidas concretas para os agricultores. As administrações públicas iriam empregar técnicos para realizar diagnósticos que já conhecemos. Além disso, não cabe



às administrações comandar a agricultura. É preciso confiar em nós e que os cientistas venham ao menos nos encontrar para nos compreender. (LE TÉLÉGRAMME, 14 DE ABRIL DE 2011)

Enquanto os políticos regionais se mostravam muito cautelosos e um pouco resignados, a administração pública estava muito embaraçada porque se preocupava em não agravar as tensões existentes “botando mais lenha na fogueira” dos ecologistas ao se contrapor às interpretações das organizações agrícolas, os defensores do meio ambiente dispunham de uma situação inesperada que poderiam facilmente explorar para reforçar seus diagnósticos, acusações e reivindicações, eles não se privariam disto. Desde o início, eles atribuíram estas mortes ao (H2S) e, para apoiar suas explicações enquanto aguardavam os resultados das análises bioquímicas, realizaram com bastante segurança e uma certa excitação – senão satisfação – medições deste gás naquela praia ao longo do mês de julho. Tais medições revelaram índices elevados o suficiente para causar mortes. Não disfarçaram o prazer quando os serviços públicos constataram, em agosto, a pertinência de seus diagnósticos (sem reconhecer oficialmente que a morte dos javalis tivesse sido provocada pelo H2S): os resultados das análises conduziam efetivamente à incriminação do gás e não apoiavam de maneira nenhuma a tese do envenenamento. Mas, ao mesmo tempo, não permitiam estabelecer com toda a certeza a causa das mortes, simplesmente porque um dos cadáveres analisados não tinha nenhum sinal de H2S! Esta misteriosa morte foi muito evocada na produção do diagnóstico dos ecologistas e contribuiu a manter o suspense sobre o caso que se desenvolveu mais ou menos como um jogo entre dois adversários protagonistas: os ecologistas que apontavam a causa das mortes nas algas verdes e as organizações agrícolas que defendiam a tese do envenenamento.

No mundo agrícola, as manifestações de emoções foram mais fortes. Durante todo o verão, porta-vozes das organizações agrícolas denunciaram a perseguição e o fundamentalismo de um punhado de “Khmers verdes”, cujas opiniões eram indevidamente difundidas pelos meios de comunicação. Eles acusavam uma vontade de destruir a “economia bretã” e a dramatização da situação – mesmo que o número de praias poluídas pelas algas verdes fosse,

na verdade, ínfimo! Eles também acusavam cientistas que apontavam “más” práticas agrícolas como a causa da proliferação de algas verdes, o que lhes fazia ver estes estudiosos mais como militantes ecologistas que como pesquisadores imparciais! No dia 12 de agosto, jovens agricultores de Côtes-d’Armor organizaram um jogo de futebol na praia de Morieux onde haviam sido encontrados os javalis mortos e que, à época, estava interdita ao público. A intenção era demonstrar que ali não tinha nenhum perigo e, assim, acabar com o “alvorço midiático” e mostrar que estavam de “saco cheio” (*crier le ras-le-bol*). A administração pública deixou o jogo acontecer. As declarações, palavras de ordem, cartazes e adesivos utilizados durante esta manifestação demonstraram uma grande exasperação, uma profunda cólera e um grande desgosto, pra não dizer um verdadeiro ódio em relação aos ecologistas: “agricultores com raiva”, “apontados e humilhados”, estigmatizados, “tratados como assassinos” e “colocados no pelourinho” quando, na verdade, têm feito “esforços consideráveis” para reduzir os fatores de poluição, etc.

É preciso compreender como estas manifestações pacíficas – apesar do antagonismo que expressam – suscitam e mantêm emoções que operam na experiência pública do fenômeno das algas verdes e o que são estas operações. Para isto, eu preciso elaborar uma problemática do “trabalho das emoções”.

## **Em que consiste o “trabalho das emoções”?**

No mencionado artigo de Emirbayer e Goldberg (2005), há três “postulados perniciosos” (uma expressão de Charles Tilly) na análise sociológica do lugar e do papel das emoções nas mobilizações sociais<sup>7</sup>: 1) oposição entre razão e emoção, conduzindo a destacar a irracionalidade de muitos movimentos sociais ou a degradação da cognição nas emoções coletivas (mesmo aqueles que, como Hochschild, têm interesse pelo “trabalho da emoção” ou pela gestão estratégica das emoções dos militantes pelos líderes, subscrevem implicitamente esta diferenciação); 2) a apreensão das emoções como estados ou acontecimentos individuais que relevam exclusivamente da esfera da

---

7. Tema em pleno desenvolvimento sob diferentes perspectivas que eu não examinarei aqui – ver, por exemplo, Cefaï (2007) e Traini (2009).

subjetividade (a situação não é considerada como portadora da emoção) – mesmo os promotores do retorno da emoção no estudo das mobilizações coletivas, tais como Goodwin, Jasper e Polletta (2001), continuam a considerar as emoções como atributos exclusivos dos indivíduos e de suas ações –; 3) a incapacidade de acordar uma “autonomia analítica” às emoções coletivas: elas são imediatamente consideradas como provenientes de algo diferente e completamente separado das relações sociais, das formações culturais ou dos processos cognitivos (EMIRBAYER, GOLDBERG, 2005).

Para remediar estes três “postulados perniciosos”, Emirbayer e Goldberg preconizam uma perspectiva relacional e transacional das emoções, apoiando-se tanto por análises clássicas do pragmatismo (apesar daquela de William James ser apenas evocada) quanto pela teoria do habitus de Bourdieu. Apesar da definição de emoção coletiva nestes autores estar situada *entre* os indivíduos e correspondendo a “complexos de investimentos psíquicos, engajamentos e catexia”, ela está longe de ser clara e eu – sem retomar a referência a Bourdieu – tentarei prolongar o gesto iniciado por eles reconstruindo a teoria das emoções de Dewey. Esta precisa ser modificada e completada para poder dar conta da grande diversidade do trabalho das emoções, que Dewey restringiu ao quadro da estética. Para tanto, referenciarei a teoria diferencialista recentemente proposta por Pierre Livet.

### **A abordagem funcional e situada de Dewey**

É certamente útil começar por uma distinção mínima de afetos, sentimentos e emoções. O espaço afetivo é bem mais complexo que as emoções e os sentimentos – o que inclui, por exemplo, sensações e humores. Para Livet (2002, p. 262), pode ser considerado como estruturado em regiões de três dimensões “que articulam a relação que o mundo tem conosco [...], nosso modo de reação e a valência desta relação”: favorável/desfavorável; invasão/intervenção ou hostilidade/oportunidade; passividade/reação ativa. Uma emoção não se reduz ao afeto ressentido; este é só um dos componentes. Além disso, não se pode ligar exclusivamente um afeto a uma emoção, como lhe sendo específica; um mesmo afeto pode corresponder a diferentes emoções e uma emoção pode implicar muitos afetos (LIVET, 2002, p. 38). Quanto ao sentimento, trata-se de

uma disposição afetiva mais geral e estável que uma emoção (que é transitória); um sentimento pode sobreviver a uma emoção.

Porém, a forma de diferenciar o espaço afetivo varia de acordo com os autores. Para Hacker (2004), por exemplo, a categoria mais geral é a dos *feelings*. Incluindo “afeições” – que são paixões em oposição a ações, apetites, sensações (tédio, desânimo ou fadiga) e as percepções táteis. As emoções relevam das primeiras, com “agitações” frequentemente provocadas por algo inesperado – excitação ou surpresa, por exemplo –, e os humores. Elas se dividem em problemas emocionais e agitações (émois) (explosão de alegria ou raiva, etc.) que são momentâneas/episódicas e atitudes emocionais duráveis que se manifestam por um certo tipo de conduta de longa duração (amor, orgulho, vergonha, por exemplo). Elas não determinam os comportamentos da mesma maneira. Quando agimos por amor, por orgulho, por compaixão, por gratidão etc.; não fazemos da mesma forma que quando reagimos por excitação, alegria, raiva, cólera etc., ou como quando damos um grito de horror, recuamos por desgosto ou nos paralisamos por um choque.

Como veremos, há uma distinção da mesma ordem em Dewey. No entanto, a diferenciação do espaço afetivo não ocupa um lugar importante em sua obra. O que mobiliza muito mais seus esforços é a crítica das concepções subjetivistas da emoção – que tratam como primeira e “coisa em si”, a atitude emocional da pessoa, negligenciando seu referente objetivo e sua ligação com a situação. Dewey insiste que não podemos separar uma emoção de seu objeto nem da situação que a suscita. Este é o *leitmotiv* de seus destaques sobre a emoção – que são um *mix* de análise conceitual e teorização. Como ele mesmo formulou em um artigo de 1912:

Uma atitude emocional se manifesta em um certo modo de comportamento [...]. Na experiência, a distinção entre uma coisa e a atitude emocional de um agente ou de uma pessoa é derivada – e não primeira. O que existe concretamente é uma situação dotada de qualidades [...] ou uma situação na qual se produz uma reação qualitativa específica em relação a um meio que tem uma qualidade distintiva; estas duas descrições são dois modos

diferentes de denominar analiticamente um só e mesmo fato<sup>8</sup>. (DEWEY, 1979 [1912], p. 31-32)

Alguns anos depois, Dewey (1922) explicitou, em *Human Nature and Conduct*, a natureza desta “reação qualitativa”: ela é devida a um desajuste dos hábitos, seja porque os hábitos solicitados pela situação se entrechocam ou porque eles falham na situação de um modo contrastante com as “expectativas inconscientes” ou a “perspectiva” (*outlook*) formada pelos hábitos: “A emoção é uma perturbação proveniente de uma ruptura ou de uma falha do hábito e a reflexão é, para dizer rapidamente, o duro esforço dos hábitos perturbados para se reajustar” (DEWEY, 1922, p. 76).

De certo modo, Dewey iniciou uma teoria diferencialista da emoção, mas ele não desenvolveu esta intuição em seus escritos posteriores. Estes acentuaram a referência objetiva da emoção ou seu caráter situado; ou os dois, ao mesmo tempo. Este é o primeiro aspecto destacado em *Experience and Nature* (DEWEY, 1925):

Em seu sentido ordinário, a emoção é algo suscitado por objetos, sejam físicos ou pessoais; é uma resposta a uma situação objetiva. Ela não é algo que existe por si mesmo em algum lugar, precisando de um material pelo qual se exprimir. A emoção indica uma participação íntima, com mais ou menos excitação, a uma cena da natureza ou da vida; ela é, por assim dizer, uma atitude ou uma disposição que se dá em função de coisas objetivas. (DEWEY, 1925, p. 391)

Para se contrapor aos hábitos de pensamento subjetivistas e romper com o dualismo entre razão e emoção, Dewey restabeleceu as contribuições do ambiente às emoções e as distribuiu entre o *self* e o mundo em termos de “função”. Tomemos o exemplo do medo: “O medo, seja como instinto ou como aquisição, é uma função do meio ambiente. O homem tem medo porque evolui

---

**8.** Não sendo a teoria das emoções de Dewey o meu foco principal, não volto aos dois artigos que ele dedicou, em 1894-1895, às teorias da emoção de Charles Darwin e William James.

em um ambiente que apavora e que dá medo (DEWEY, 1925, p. 42). Esta “função do meio ambiente” se concretiza especialmente nas qualidades de uma situação às quais reagimos e, em um certo sentido, as emoções compõem esta situação; elas impregnam e colorem os objetos, as pessoas e as circunstâncias, sendo indispensáveis para fazer nascer as emoções. Deste modo, quando estamos com raiva não se trata somente de um fato psicológico. Isto também significa a presença de uma qualidade predominante da situação da qual o *self* faz parte e, num certo sentido, a raiva integra indiscriminadamente o organismo e o ambiente<sup>9</sup>: ela é

o tom, a cor, a qualidade penetrante das pessoas, das coisas, das circunstâncias, ou de uma situação. Quando estamos com raiva, não somos conscientes dela, mas de todos estes objetos em suas qualidades imediatas e únicas. Em uma outra situação, a raiva pode aparecer como um termo distinto e a análise pode chamá-la por um sentimento ou uma emoção. Mas aí passamos ao universo do discurso. (DEWEY, 1931, p. 248)

Vale destacar o uso do termo “função” em seu sentido matemático, o que exclui uma interpretação causal da ideia de emoção suscitada por objeto. O objeto de uma emoção não é sua causa. Podemos nos amedrontar por algo, mas aquilo que tememos é um objeto que pode ser imaginário ou futuro. O objeto não tem de ser descoberto, como deve ser descoberta uma causa – por conjectura, observação, experimentação etc. Isto se dá porque a emoção tem uma dimensão cognitiva: temos medo de algo que sabemos, pensamos, presentimos, imaginamos, cremos (às vezes de modo equivocado) que é perigoso, ameaçador etc. Ela também tem uma dimensão social e cultural: a emoção pode ser razoável ou irracional em função do que se sabe coletivamente sobre seu objeto, suas capacidades, suas regularidades de comportamento e as possibilidades que lhe são ligadas, assim como das regras e hábitos de comportamento em uma situação determinada (as quais podem ser certas ou erradas).

Para Dewey, a emoção é particularmente suscitada pelo caráter “problemático” de uma situação: ela é uma resposta o incerto e ao duvidoso, ao

---

9. Para um desenvolvimento deste tema, ver Johnson (2007).

precário e ao ambíguo, apreendidos como “totalidades não analisadas”; ela é principalmente ligada ao fato de que nos preocupamos com a evolução e com a saída de condições indeterminadas ou incertas de um acontecimento ou de uma situação. Ela pode tanto paralisar quanto suscitar a reunião de energia para agir sobre as condições do meio em que se encontra, buscando atingir um resultado preferido ou privilegiado. A retirada da indeterminação ou da incerteza também suscita afetos (satisfação, exaltação ou decepção, depressão).

O aspecto intelectual da instituição e resolução de problemas não é separado das sensações, pois elas traduzem uma apreciação imediata das ideias que temos e das conclusões a que chegamos:

A diferentes ideias correspondem diferentes “sentimentos”, aspectos qualitativos distintos, exatamente como para outras coisas. Graças a estas propriedades de nossas ideias, aquele que busca seu caminho para a resolução de um problema complexo consegue encontrar uma direção. Elas lhe detêm quando está no mau caminho e o fazem avançar quando ele está na boa direção. Elas são o sinal da circulação intelectual [...]. A cada vez que uma ideia perde sua qualidade imediata sentida, ela deixa de ser uma ideia e se torna algo como um símbolo algébrico, um puro estímulo que permite executar uma operação sem demandar pensamento. (DEWEY, 2005 [1934], p. 151-152)

Em “Arte como experiência”, Dewey (1934) explicita do modo mais completo sua concepção funcional e situada da emoção. “Somos inclinados a representar as emoções [...] como se cada uma fosse um tipo de entidade que, logo que aparece, já estivesse inteiramente constituída [em seu interior]” (DEWEY, 2005 [1934], p. 66). No entanto, de um lado, uma emoção (a alegria, por exemplo) “não é algo completo antes de ser exteriorizado”: sua expressão contribui com a sua constituição. Esta expressão incorpora as condições ao seu redor como mediações. Por outro lado, o organismo (o sujeito, o *self*) integra a emoção como fator, somente enquanto está engajado nas transações com o seu meio. Uma emoção – a tristeza provocada pela morte de uma pessoa próxima, por exemplo – implica “uma interpenetração do *self* e das condições objetivas”. Isto é assim porque

Uma emoção é dirigida *a* um objeto, provém *de* um objeto ou ainda se manifesta *em relação* a um objeto, tanto no domínio dos fatos quanto no das ideias. Uma emoção se liga a uma situação em que a solução é ainda desconhecida e na qual o *self* que resente a emoção está implicado de modo vital. Pode se tratar de situações deprimentes, ameaçadoras, intoleráveis. (DEWEY, 2005 [1934], p. 94)

É por isto que

Não existe propriamente algo como a emoção do medo, do ódio, do amor. O caráter único e original dos acontecimentos e das situações vividas impregna a emoção provocada. Se a função do discurso fosse reproduzir aquilo a que ele faz referência, não poderíamos nunca falar de medo, mas somente do medo-deste-automóvel-que-se-aproxima, com todos os detalhes que precisassem o momento e o lugar [...]. Uma vida humana seria curta demais para apresentar com palavras uma única emoção. (DEWEY, 2005 [1934], p. 94 – de acordo com a tradução modificada por Quéré)

Do mesmo modo que a emoção é impregnada da qualidade difusa da situação, ela também impregna o que está em torno de si.

Para que exista emoção, é preciso que exista algo em jogo em uma situação, algo importante e cujo desenrolar seja incerto: não nos emocionamos em relação a objetos, acontecimentos ou situações que nos sejam indiferentes ou cujos desdobramentos já sejam certos. Por isto,

as emoções (quando têm sentido) são qualidades de uma experiência complexa que progride e evolui [...]. Elas todas são ligadas a um drama e mudam de acordo com este drama. A natureza profunda da emoção pode ser percebida quando assistimos a uma apresentação teatral ou quando lemos um romance. Ela acompanha o avanço da intriga; e uma intriga precisa de uma cena, um espaço para se construir, assim como precisa de um tempo para se desenrolar. A experiência é emocional, mas ela não é feita de uma série de emoções separada. Do mesmo modo, as emoções são ligadas aos



acontecimentos e aos objetos ao longo da evolução deles [...]. A emoção [também] é, sem dúvida, ligada ao *self*. No entanto, ela sempre pertence a um self implicado no avanço dos acontecimentos rumo a um resultado desejado ou temido. (DEWEY, 2005 [1934], p. 66-67; tradução modificada por Quéré)

Esta ligação da emoção com a estrutura da intriga de uma situação a distingue das reações reflexas. A emoção supõe uma preocupação com algo que está em desenvolvimento e cujo fim é indeterminado; ela tem, portanto, um componente cognitivo de cuidado, descoberta, avaliação ou imaginação:

Nos sobressaltamos instantaneamente quando algo nos faz medo, assim como enrubescemos imediatamente quando algo nos envergonha. Mas, nestes casos, o medo e a vergonha não são estados emocionais. Aqui, eles são apenas reflexos automáticos. Para se tornar emocionais, eles devem ser partes integrantes de uma situação global e durável que implica uma preocupação com os objetos e os seus fins. O sobressalto causado pelo susto só se torna medo emocional quando descobrimos ou pensamos que existe um objeto ameaçador que nos constrange ao enfrentamento ou à fuga. O sangue que sobe ao rosto só se torna a emoção da vergonha a partir do momento que a pessoa estabelece, pelo pensamento, uma ligação entre uma ação que ela realizou e a reação desfavorável de outra pessoa face a isto. (DEWEY, 2005 [1934], p. 67)

Uma emoção pode dificultar a ação se for “excessiva no seu imediatismo” ou estimular a ação se significar “uma reunião de energia para cuidar da situação cuja solução é indeterminada” (DEWEY, 1929, p. 125).

Ainda em “Arte como Experiência”, Dewey (1934) introduz outra distinção importante entre a expressão direta e imediata das emoções e a expressão diferenciada e mediatizada ou ainda entre as agitações (émois) e as atitudes emocionais. Isto lhe permite abordar, pela primeira vez, a questão do trabalho das emoções (no sentido daquilo que elas realizam). A expressão direta de uma emoção é algo que se assemelha a uma descarga imediata de energia, como, por exemplo, a reação de alegria suscitada pelo reencontro de um amigo que não

víamos há muito tempo. Neste caso, a emoção não realiza nada. Em oposição, uma expressão indireta passa pela incorporação de uma emoção durável em um material objetivo que a mantém: a língua para a escrita de um poema, as formas e as cores para a realização de uma pintura, os sons para a composição de uma música etc., tomando exemplos do campo estético. Nestes casos, uma resistência se opõe à expressão imediata e a emoção dura porque é mantida pelo material resistente que lhe serve de meio de expressão. Ela se caracteriza pelo que opera, por exemplo, reunir um material, selecionar, organizar, ordenar aspectos deste material apropriados para a sua expressão.

É a emoção que permite encontrar as melhores palavras, o incidente apropriado no momento apropriado, a deliciosa harmonia das proporções, dos tons, da tinta ou da nuance exata que contribui para unificar o todo e para definir suas partes. Todavia, esta possibilidade não é dada a todas as emoções. Somente a possuem as emoções provocadas por um material que elas mesmas apreenderam e reuniram. A emoção encontra sua forma e seu ímpeto quando se exprime de modo indireto na busca e no agenciamento do material e não quando gasta suas forças de maneira direta. (DEWEY, 2005 [1934], p. 98)

Isto se dá porque a emoção representa uma acumulação de energia, colocada ao serviço da “faculdade de reação” para “assimilar” o que é objeto da percepção ou do pensamento.

Somente quando a libertação completa é adiada e surge apenas ao final de uma sucessão de períodos ordenados de acumulação e de conservação, divididos em intervalos por pausas recorrentes de equilíbrio, que a manifestação da emoção se torna uma verdadeira expressão dotada de uma qualidade estética. A energia emocional continua a operar, mas neste último caso, ela executa uma verdadeira tarefa; ela faz algo. Evoca, reúne, recebe ou rejeita lembranças, imagens, observações e os põe em um conjunto no qual todas as partes dão harmonizadas por um mesmo sentimento emocional imediato. Daí resulta um objeto uno e completamente independente. A resistência à

expressão imediata da emoção é precisamente o que a constringe a adotar uma forma rítmica. (DEWEY, 2005 [1934], p. 190)

O trabalho da emoção não é restrito à criação artística e à recepção de obras de arte – para Dewey, a arte revela o teor e a dinâmica da experiência porque a intensifica, amplia sua integração etc. Está presente em toda experiência, posto que a energia da emoção é uma “força motriz e ligante”:

Ela seleciona o que tem acordo e dar a cor de sua própria tinta àquilo que selecionou, dotando de unidade qualitativa os materiais externamente dispartados e diversificados. Ela aporta unidade às partes e através das várias partes de uma experiência. (DEWEY, 2005 [1934], p. 67; tradução completada por Quéré)

Ela é também o que unifica o *self* quando provocada por fins de convicção moral:

O religioso só é a “moralidade tocada pela emoção” quando as finalidades da convicção moral suscitam emoções não apenas intensas, mas também atuais e sustentadas por finalidades tão inclusivas que unificam o *self*. (DEWEY, 2011a [1934], p. 108)

A obra de que extraí esta última citação (“*A Common Faith*” – “Fé comum”) é contemporânea de “Arte como experiência” e, neste trabalho, Dewey convoca a ligar inteligência e emoção em uma “inteligência emocional” para fazer surgir o possível que é entrevisto pela imaginação:

É uma banalidade dizer que são cegas aquelas emoções que não se aliam à inteligência. Igualmente banal é a afirmação de que as emoções intensas podem se exprimir pela destruição das instituições. Mas, se buscamos aprimorar as instituições, é somente a aliança da emoção com a inteligência que apresentam uma garantia de progresso. (DEWEY, 2011a [1934], p. 108)

Como é possível realizar este casamento da emoção com a inteligência para gerar instituições melhores, tendo em vista que se trata de uma emoção e de uma inteligência coletivas? A proposta de Dewey (que, contudo, não se alongou sobre este aspecto) é generosa, mas carece de um certo número de elementos de ligação para explicar de uma maneira convincente e operativa a ultrapassagem que ele tentou realizar em relação aos principais dualismos que sustentam a concepção subjetivista das emoções.

### **As emoções como sondas de valor**

A teoria diferencialista de Livet me parece um recurso para que possamos elaborar uma parte dos elementos de ligação que estão ausentes da teoria de Dewey, especialmente no que tange à operação e aos modos de operação da emoção. Como Dewey, Livet liga as emoções às situações, assim como aos esforços de reorganização que elas suscitam – mas, trata-se menos de reajuste de hábitos de pensamento que de revisão de crenças, expectativas, orientações, preferências e planos de ação, ou até da realidade em si mesmo. Com efeito, uma emoção é uma reação a uma situação e à sua configuração porque somos “emocionalmente sensíveis” à estrutura e à dinâmica das situações que importam para nós. As emoções são “desencadeadas por traços objetivos das situações, mas traços relacionais, relativos a nossas atividades e disposições em curso, apreciados em função de nossas preocupações e das mudanças que elas provocam” (LIVET, 2002, p. 50). Uma situação pode ter uma estrutura “inter-afetiva”. Isto é o que permite explicar, por exemplo, uma emoção cultural como a vergonha, onde o agente prova de um certo desgosto em relação a si mesmo quando se observa “com o olhar que pensa ser dos outros” e se atribui um julgamento de valor e uma emoção (o desgosto) (LIVET, 2002, p. 58). O que produz este tipo de emoção é a organização da interação por uma “estrutura perspectiva em que sentimos o olhar dos outros pesar sobre nós e adotamos este olhar sobre nós mesmos” (LIVET, 2002, p. 60-61).

Livet considera as emoções em uma dupla problemática de revisões e de valores. “Uma situação que provoca uma emoção é também uma situação que provoca uma revisão” (LIVET, 2002, p. 59); reciprocamente “toda situação que

desencadeia uma revisão, desencadeia também uma emoção” (LIVET, 2002, p. 90). Isto se dá deste modo porque uma emoção acontece quando uma situação desmente ou ultrapassa as crenças, expectativas ou preferências, ou ainda quando ela mostra que os desejos ou objetivos não são apropriados à realidade. Neste tipo de situação podemos resistir ao desmentido ou à ultrapassagem, mas também podemos proceder à revisão de atitudes e orientações ou até mesmo da realidade (para fazê-la concordar com o que desejamos). A definição “diferencialista” proposta por Livet é a de que uma emoção é

*A ressonância afetiva, psicológica e comportamental de um diferencial entre um ou mais traços percebidos (ou imaginados ou pensados) da situação em causa e o prolongamento de nossos pensamentos, imaginações, percepções ou ações atualmente em curso. Este diferencial é considerado em relação a nossas orientações afetivas atuais (desejos, preferências, sentimentos, humores), quer estas orientações já estejam ativas ou se tratem de nossas disposições atualmente ativáveis. Quanto maior este diferencial, mais intensa a emoção. (LIVET, 2002, p. 23, itálico no original)*

“A emoção não é separável das dinâmicas particulares em que acontecem” (LIVET, 2002, p. 51). De fato, há principalmente duas dinâmicas em jogo entre as quais se estabelece um contraste apreciado em função de “orientações afetivas”: uma “dinâmica inercial”, “resultante da inércia de nossas atividades” (incluindo crenças admitidas, expectativas implícitas, preferências hierarquizadas etc.); e uma “dinâmica informativa” que decorre da irrupção de acontecimentos inesperados ou excepcionais, bem como da aparição de novas informações etc. Assim, se uma atividade segue seu curso normal ou se a situação corresponde a nossas expectativas e orientações implícitas, não nos emocionamos porque nada contraria; ao contrário, se a atividade desvia de seu curso normal devido, por exemplo, ao fato de encontrar um obstáculo imprevisível ou se o que aparece na situação contradiz nossas crenças, expectativas e preferências “em um sentido que importa para nossas atividades e disposições atuais”, experimentamos alguma emoção.

Em virtude do diferencial entre as dinâmicas, as situações provocam revisões que desencadeiam emoções ou provocam emoções que desencadeiam revisões. As revisões são operações cognitivas, posto que “revisar é mudar as premissas ou as inferências que conduzem a uma conclusão desmentida pelo conhecimento de fatos novos” (LIVET, 2002, p. 28). Trata-se tanto de revisar para nos ajustar à realidade (modificando nossas crenças, expectativas, objetivos, valores, preferências ou desejos) quanto de revisar para ajustar a realidade a nós (no sentido de torná-la correspondente às nossas preferências e satisfação aos nossos valores)<sup>10</sup>.

Contudo, é possível que resistamos às tais revisões: as emoções também exprimem este tipo de resistência. Elas podem bloquear as revisões. É por isto que elas revelam nossos valores, pois uma característica importante dos valores é resistir às tentativas de revisão.

Tudo se passa como se confrontássemos duas resistências, as do mundo em relação aos nossos valores e as dos nossos valores frente ao mundo. Quando prevalece uma realidade insensível aos valores, sentimos a resistência de nossos valores à pressão mundana pela resistência das emoções negativas da revisão de nossas expectativas. Quando os valores prevalecem [em relação à realidade], a resistência de nossas emoções positivas em relação a uma revisão mais otimista revela que sempre acordamos ao mundo uma resistência aos nossos valores. (LIVET, 2002, p. 182)

É, então, por intermédio das emoções, das resistências que elas manifestam e da experimentação de suas capacidades de resistir às revisões que nós exploramos “a paisagem dos valores e das normatividades que nos são acessíveis” (LIVET, 2002, p. 10): “Nossos julgamentos de valor não são inicialmente a afirmação de valores certos, mas são mais como meios de explorar o campo de nossa sensibilidade aos valores, graças aos ecos de nossas reações emocionais” (LIVET, 2002, p. 182).

---

**10.** Livet diferencia as revisões: revisar suas preferências é uma coisa; revisar suas crenças, expectativas ou planos de ação é outra; e revisar o mundo é ainda uma terceira coisa (ver LIVET, 2002, p. 75-77). Porém, para o meu propósito, não preciso introduzir estas distinções.

As emoções não são simplesmente reveladores de valores e gatilhos desencadeadores de revisões, mas são também elementos motores da conduta. Na verdade, é principalmente a emoção que nos leva a ajustar nossas crenças, preferências e valores face à realidade, assim como – no sentido contrário – a emoção nos faz tentar ajustar o mundo aos nossos valores<sup>11</sup>: “Seu papel normal é nos dar disposição a mudar o mundo ou a mudar nós mesmos” (LIVET, 2002, p. 78). No primeiro caso, resistimos à mudança de nossas preferências e valores; no segundo, cedemos à pressão do mundo. Tanto para uma coisa como para a outra, é a emoção que nos dá a energia necessária.

É assim para emoções como a raiva, a revolta, a indignação e até o desgosto. Elas nos levam a revisar nossa ação, dando mais energia, mas sem revisar nossos objetivos finais nem nossas preferências. Ao mesmo tempo, elas nos revelam, por um lado, até que ponto prezamos por nossos objetivos e quanto as preferências estão enraizadas em nós. Por outro lado, elas mostram até que ponto a pressão do mundo é contrária à satisfação dos desejos ordenados segundo tais preferências. (LIVET, 2002, p. 79)

Um ponto importante da abordagem diferencialista da emoção é o esclarecimento que ela aporta às emoções coletivas. Voltarei a isto adiante, mas para concluir meu ponto sobre as duas teorias evocadas, destaco que Dewey certamente incluiria no trabalho das emoções outras operações além daquelas de tipo cognitivo; bem como apontaria como sinal de manutenção da psicologia subjetivista a definição, relativamente corrente, dos valores em termos de preferências dos agentes ou de atração por certos bens. Ele recomendaria

---

**11.** Não é preciso atribuir uma força etérea às emoções. Hacker relembra que a explicação de uma ação por uma emoção é teleológica e não causal: as emoções não são causas neuronais ou somáticas que nos fazem agir. “Muitos dos termos de emoção significam motivos precisamente porque as emoções implicam ou deixam entender formas de cuidado e objetivos para os quais uma ação deveria ser feita – por exemplo, eliminar ou evitar um estado de coisas indesejado, preservar ou criar um estado de coisas desejado.” (BENNETT, HACKER, 2003, p. 222)

falar mais de “valorações” (*valuations*<sup>12</sup>) que de valores, isto é, de atribuição de valores ou qualidades às coisas em função das condições em que se passam (as condições de seu meio ambiente) e considerar estas valorações como acontecimentos que se dão em um “campo comportamental” (*behavioral field*<sup>13</sup>), o que implica transações entre um organismo e um ambiente: uma valoração se manifesta em e por meio de um comportamento durável, dotado de uma dimensão afetivo-motora – por exemplo, querer bem, afeiçoar-se, ligar-se, cuidar etc. –, sempre considerando um componente intelectual (DEWEY, 2011b [1934]). Em um certo sentido, as emoções são valorações (avaliação/apreciação) de pessoas (inclusive de si mesmo), de coisas e de acontecimentos do ponto de vista de seus interesses e preocupações, e em função de valores sociais e de engajamentos morais.

Nesta perspectiva, os valores correspondem mais a engajamentos que a preferências: são a um só tempo “o que importa para nós” (no sentido de resistir a revisões) e o que nos obriga porque nós lhes conferimos uma autoridade sobre nossos desejos e preferências. Por isto, nossas emoções revelam não apenas nosso caráter, mas – de modo mais amplo – revelam o tipo de pessoa que somos. Esta substituição dos engajamentos às preferências não reduz em nada a pertinência da problemática das revisões ligadas às emoções, nem da descrição das operações suscitadas por uma emoção que não é uma simples descarga imediata.

## **A dinâmica emocional das problematizações**

Volto agora às marés verdes para tentar apreender o trabalho das emoções na instituição e na resolução de um problema público. Como já indiquei, Dewey privilegiava um certo enfoque do que é “problemático”: uma situação é problemática quando interrompe a fluidez da conduta porque está confusa, incompreensível e não suficientemente clara para que saibamos como tratá-la. Esta indeterminação pode ser fonte de emoções porque significa uma desestabilização ou uma paralisia dos hábitos, mas as afeições que estão ligadas a

---

12. NdT: Em inglês no texto original.

13. NdT: Idem.



ela são principalmente afetos suscitados pela incerteza e indecisão: repulsa, desconforto, mal-estar, tédio, desprazer, irritação e até angústia (Peirce, por exemplo, falava de uma “aversão instintiva” pelo estado de indecisão que é a dúvida). À medida que se dá o esclarecimento da situação na pesquisa e por meio da pesquisa – que é uma atividade intelectual e comporta valorações de uma dimensão afetivo-motora (inclusive das suas próprias realizações) –, formam-se finalidades que suscitam novas emoções, estas fornecendo a energia necessária para concretizar as primeiras.

Tanto a problemática da pesquisa, desenvolvida em “Lógica” (DEWEY, 1993 [1938]), quanto a abordagem situada da emoção que Dewey (2005 [1934]) desenvolve em “Arte como experiência”, exploram pouco o potencial da teoria diferencialista esquematizada em “*Human nature and conduct*” (DEWEY, 1922). Por um lado, a teoria diferencialista amplia a problemática a tudo que contraria, bloqueia ou desajusta os hábitos ativando orientações, expectativas e modos de agir em uma situação. Por outro lado, inclui na pesquisa, além das operações cognitivas e práticas destinadas a reduzir a indeterminação da situação a todas as finalidades práticas, um trabalho próprio das emoções – não apenas as emoções suscitam a pesquisa, mas também operam na configuração do problema e da solução. Para mostrar isto, evocarei inicialmente a emoção da qual a denúncia pública é o comportamento paradigmático: a indignação. Em seguida, passarei à análise das emoções coletivas.

### **A ambivalência da indignação**

A indignação e as emoções que lhe são próximas – como a irritação, a exasperação, a raiva ou a cólera –, desempenham um papel essencial na instigação de um problema público. O que é e como surge a indignação? Ela pode ser suscitada simplesmente por contrariedades ao hábito e às formas de satisfação. No caso das algas verdes, os hábitos e as atividades dos usuários das praias (sejam pescadores, veranistas ou outros) podem ser contrariadas pela presença das algas, obrigando-lhes a: ajustar-se às condições ambientais; revisar planos de ação, expectativas e preferências ativas na situação; modificar, de modo muito temporário ou mais durável, os próprios hábitos; etc. O que sentem é

uma mistura de afetos, sentimentos e emoções: surpresa (quando encontram a praia em que esperavam passar o dia, brincar com suas crianças, tomar banho etc. coberta pelas algas verdes e, portanto, impraticável), repulsa, decepção, desgosto, tédio, insatisfação, irritação etc<sup>14</sup>. Se chegam a se indignar, pode ser porque consideram que “Já basta, não podemos mais ficar atolando nas algas!” ou porque consideram que a Prefeitura não faz o que deveria fazer (assegurar a limpeza e a segurança das praias em cada território municipal) ou ainda por considerar que o Estado como um todo não tomou o problema para si etc.

Um frequentador habitual destes lugares, que tenha podido observar a evolução do fenômeno ao longo de vários anos, poderia também experimentar pena, tristeza ou amargura frente ao espetáculo das praias regularmente poluídas. Sua emoção seria diferente de acordo com sua adequação à ideia de que “não resta nada além de se acomodar ao fenômeno porque não podemos mudá-lo e, portanto, precisamos nos resignar e habituar, desenvolver hábitos, atitudes e práticas conformes às mudanças do meio ambiente e talvez tirar algum proveito destas mudanças” ou, por outro lado, caso concordasse com a ideia de que “é possível modificar o estado de coisas e adaptar as condições ambientais para que elas respondam às necessidades, objetivos e valores compartilhados, demonstrando que acredita na possibilidade de remediar o problema e que, para tanto, é preciso enfrentar as causas e definir responsabilidades”. Tudo depende da maneira com que percebemos as causas e responsabilidades, do crédito e do grau de certeza que depositamos nas conclusões dos especialistas e das ideias que temos sobre as ações possíveis sobre as causas e responsabilidades.

---

**14.** Como vimos, tal mistura indica a presença de uma qualidade imediata de uma totalidade não analisada que afeta a sensibilidade, inclusive quando a articulamos discursivamente. Os afetos, sentimentos e emoções mencionados são apenas nomes para “uma relação de qualidade”: “Quando eu digo que experimento tal sentimento [...] o que está sendo realmente designado é, em primeiro lugar, a presença de uma qualidade dominante em uma situação enquanto totalidade e não somente a existência de um sentimento, de um estado psíquico ou psicológico” (DEWEY, 1931, p. 248). Esta qualidade pode ser envergonhadora, problematizante, desconfortável, repulsiva, irritante etc. ou, por outro lado, pode desencadear o contrário. A caracterização do que é experimentado se dá no universo do discurso, introduzindo distinções explícitas na qualidade “sentida” ou “vivenciada” de uma totalidade.

O desgosto, a indignação, a raiva e a revolta não apareceram no primeiro caso. Já, no segundo, há convicção de que a poluição é uma consequência indireta de iniciativas humanas, de infelizes escolhas sociais e econômicas (às quais se pode e se deve remediar), de negligências ou insensibilidade ao bem coletivo que é o meio ambiente. Neste último caso, reconhece-se várias responsabilidades negadas, muita hesitação e incoerência no comportamento dos poderes públicos que sofrem os efeitos de uma socialização indevida de interesses, iniciativas e atividades privadas. Tratando da preservação de bens coletivos, como a água, é inaceitável que os poderes públicos se recusem a reconhecer o direito do público de participar da orientação das atividades [de preservação] e de desenvolvimento econômico e social<sup>15</sup>. Quem experimenta estas emoções não necessariamente se tornará um ativista, mas terá uma experiência diferenciada em relação ao problema; ele o perceberá através do que conhece das perícias científicas, dos debates e ações públicas que essas emoções desencadearam; ele avaliará de outro modo as declarações e iniciativas de uns e outros, considerando umas como inaceitáveis e outras como bem-vindas; desenvolverá interesses e preocupações mais fortes em relação à concretização dos processos em curso. Porém, a aprendizagem dessa capacidade de articulação dos dados do problema pelo pensamento e pelo discurso não apagará os efeitos provocados pela visão das praias poluídas, mas simplesmente dará lugar a emoções diferentes.

Nos termos de Livet (2002, p.89), a indignação é o tipo de emoção que, por um lado, nega a acomodação e dá “motivação para resistir a longo prazo à habituação à realidade tal qual ela está”; por outro lado, revela valores sólidos e prova que eles merecem que reconheçamos sua validade e autoridade – este reconhecimento é parcialmente de natureza emocional. Podemos acrescentar que a indignação é mantida pelas resistências daqueles a quem são demandas

---

**15.** Ver a declaração anteriormente citada, de [14] abril de 2011, de representantes da agricultura convencional da Bretanha (“[...] não cabe às administrações [públicas] comandar a agricultura. É preciso confiar em nós...”) e a resposta imediata de muitas associações, das quais destaco um trecho difundido por *Eau et Rivières de Bretagne* em 22 de abril de 2011: “A agricultura é uma coisa muito séria na Bretanha para ser confiada exclusivamente aos agricultores”.

revisões (de crenças, orientações e práticas). Estas resistências provam aos indignados que eles têm razão, confortando suas vontades de mudar as coisas. Ademais, os que resistem às revisões demandadas por aqueles que querem que as coisas mudem tiram suas energias das mesmas emoções e de seu apego às convicções e valores que elas revelam.

Isto dá lugar a configurações emocionais tão complexas quanto às que evoquei no caso da mobilização acerca das marés verdes na Bretanha: irritação, indignação e raiva aparecem bem compartilhadas, alimentando as resistências e alimentadas pelas resistências às revisões de ambos os lados. Uma parte do mundo profissional da agropecuária se indigna com as atribuições de responsabilidade que lhes são dirigidas. Esta emoção é alimentada pela negação das associações de defesa do meio ambiente, dos cientistas e das administrações públicas que recusam não apenas revisar suas análises do problema, das causas e das responsabilidades em jogo, mas também refutam a possibilidade de mudar suas práticas e sua hierarquia de valores. No outro polo, a referida parte do mundo profissional da agropecuária conforta a sua própria vontade de resistir às revisões de crenças, orientações, práticas e valores que lhes são demandadas. O mesmo processo se produz do lado dos ativistas e do público que compartilha sua indignação.

Assistimos ao surgimento da ambivalência da indignação que conduz a resistir à acomodação a uma realidade tal como ela é – por um lado, há resistência à poluição das praias e à degradação geral da qualidade das águas e, por outro, registra-se resistência ao desenvolvimento de uma nova sensibilidade pública sobre as questões ambientais e a defesa dos bens comuns, bem como reivindica-se participação do público sobre as orientações e práticas consideradas como decorrentes dos poderes discricionários de uma profissão. Então, o que temos é vontade de revisar o mundo para fazê-lo corresponder a expectativas e valores. Isto conduz ao bloqueio de revisões necessárias de um lado e de outro ou ao favorecimento das revisões mais fáceis em detrimento das mais difíceis. Nestes últimos casos, temos a intervenção de outras emoções, como o tédio, a ansiedade, a angústia e o medo que podem ser provocados pelo fato de “não saber como revisar” (LIVET, 2002, p. 30) ou pela dificuldade e incerteza das revisões exigidas.

## As emoções coletivas

Os protagonistas implicados no “drama” das algas verdes são, em sua maioria, coletivos (associações, sindicatos, organizações profissionais, administrações públicas...) e a “configuração emocional” em questão comporta emoções coletivas, inclusive as dos públicos que assistem ao “drama” e acompanham a sua evolução (do qual podemos, por exemplo, ler as reações dia após dia na internet e em jornais regionais). Como podem as emoções coletivas serem diferentes do somatório ou das agregações de emoções individuais sobre um mesmo objeto? Para responder a esta questão, poderíamos retomar o argumento de Dewey (1922, p. 76) de que as emoções provêm “de uma ruptura ou de uma falha do hábito”, considerando que existem hábitos coletivos que correspondem à moral, aos usos e costumes, bem como às instituições.

Apesar de favorecer a convergência das apreensões afetivas das qualidades situacionais, a existência de hábitos coletivos não decorre diretamente de emoções coletivas. Estas são emoções compartilhadas e este compartilhamento é uma emoção em si mesmo: ele assegura a todos que sua emoção é compartilhada pelos outros e tal segurança é um fator de emoção. Compreendendo que o fato de uma emoção ser partilhada não é suficiente para fazer dela uma emoção coletiva, qual é a natureza desta partilha? Neste sentido, o próprio Livet (2002) aponta duas possibilidades: as emoções “intersubjetivas” e as “participativas”. No primeiro caso, podemos exemplificar o calor da amizade, as emoções interativas (NISHIZAKA, 2000), a surpresa comum em uma ação coletiva que contribui para coordenar a visão e a ação dos envolvidos. No caso das emoções “participativas”, temos notadamente aquelas que prevalecem nas multidões.

As emoções coletivas têm sido há muito tempo tratadas como problemática da psicologia das multidões; sendo percebidas como fenômenos de contágio, fusão ou histeria coletiva, traduzindo uma regressão do comportamento racional e uma degradação do controle cognitivo com redução das capacidades de reflexão, raciocínio e determinação voluntária dos comportamentos. Elas também têm sido enfocadas como fenômenos de imitação, simpatia fusional, comunicação mística, identificação a um líder etc. Estas perspectivas têm sido criticadas por todos os lados, mas aquelas que lhes

substituíram não resolveram todos os problemas levantados pela análise das emoções coletivas.

Um dos principais problemas se coloca quando queremos tratar as emoções coletivas como algo diferente do somatório ou das agregações de emoções individuais. Uma solução radical consiste em considerar que um coletivo pode realmente experimentar emoções ou que uma emoção pode ser um “estado” autêntico de uma coletividade. Isto foi recentemente defendido por Bryce Huebner (2011), apoiando-se na teoria da “cognição distribuída”, de Edwin Hutchins. Porém, isto parece pouco credível. Uma solução menos radical, mas ainda pouco credível, foi proposta por Margaret Gilbert (2001, 2002), que se dedicou ao estudo de emoções coletivas como a culpabilidade ou o remorso experimentado por um grupo ou por uma população. A emoção coletiva seria então o fato de um “sujeito plural” se sentir coletivamente culpável por uma ação coletiva cometida quando seus membros se encontravam em um “engajamento conjunto” que os levava a se sentir culpáveis “como um só corpo”. Este tipo de emoção coletiva conserva uma base individual, posto que os engajamentos que a fazem surgir são de natureza individual. Se a explicação parece muito pouco credível é porque ela nos faz supor que, em uma mobilização coletiva, exista algo como um “engajamento conjunto” a se indignar “como um só corpo”.

Livet (2002) nos propôs considerar as emoções coletivas como sendo algo que aparece em situações que requerem atividades coordenadas e não apenas nos agrupamentos em que as pessoas vivenciam juntas “emoções participativas” suscitadas por satisfações ou insatisfações, esperanças ou inquietudes, audácias ou medos, relaxamentos ou tensionamentos etc. Então, as emoções coletivas repousam sobre um compartilhamento de orientações, preferências e valores pelos participantes de atividades coletivas que são anônimos uns aos outros; emergindo quando estas orientações, preferências e valores são contrariadas por eventos disruptivos, por situações inesperadas ou pela aparição de informações divergentes. Se a partilha das emoções pode contribuir para estimular revisões coletivas exigidas pelo desajuste de hábitos, crenças, expectativas, objetivos e práticas – especialmente para “manter valores que não estão atualmente colocados em prática no mundo” (LIVET, 2002, p. 122) –, acontece também com frequência que ela conforte as resistências às revisões. Por estes dois lados se

exerce a “força motriz e ligante” que dá aos indivíduos a segurança de que seus valores são “uma realidade psicológica coletiva” (LIVET, 2002, p. 123).

Para que as emoções coletivas funcionem assim, seu objeto deve ter “um *status* coletivo” – o que é o caso, por exemplo, de quando um evento, um comportamento ou uma atividade social são apreendidos sob o aspecto de suas consequências diretas e indiretas para bem comum e o interesse coletivo. A emoção coletiva é ainda mais forte porque aqueles que participam dela “devem se pensar e viver como membros de um coletivo por visar [o objeto coletivo da emoção]” (LIVET, 2002, p. 125) ou porque o objeto da emoção é – ele mesmo – um coletivo (um time de futebol, uma profissão, uma associação ou uma nação, por exemplo). A indignação dos agricultores da Bretanha em relação às acusações que lhes são dirigidas sobre a origem das algas, assim como sua animosidade em relação às associações de defesa do meio ambiente (cuja recíproca é verdadeira), ilustram bem a capacidade das emoções produzirem coletivos e identificações com coletivos.

Livet também assinala que a partilha de uma emoção assegura aos que a experimentam que seu objeto é o mesmo para todos e que todos resistem à acomodação a uma realidade considerada insatisfatória e às revisões solicitadas. Esta segurança é um “fator de emoção e de partilha de emoção” (LIVET, 2002, p. 135) porque somos emocionalmente sensíveis ao “valor que consiste em compartilhar [um] valor comum” (LIVET, 2002, p. 130):

Em uma emoção coletiva, as expectativas, os objetivos e as preferências são também algo supostamente coletivo; as expressões da assembleia confirmam que quando as emoções são compartilhadas, as expectativas, objetivos e preferências também o são. A partilha da emoção é com muita frequência o único meio de alcançar a convergência de objetivos e preferências. (LIVET, 2002, p. 125)

Quanto maior a segurança de que o objeto da emoção é o mesmo para todos ou quanto maior a segurança de que a convergência forte de objetivos ou de valores, mais certo será que esta segurança é – ela mesma – uma emoção. Por isto, “compartilhar emoções não é descarregá-las [...] é transformá-las em valores socialmente reconhecidos e resistentes a um destino contrário” (LIVET, 2002, p. 135).

Eu não irei mais longe nesta análise conceitual e teórica, volto às mobilizações coletivas acerca das marés verdes. Na configuração emocional suscitada por este problema, não se trata exatamente das mesmas emoções de um lado e do outro da linha do *front* desenhada anteriormente. Os que combatem as algas verdes recusam a acomodação à realidade apelando para uma revisão das crenças, das orientações, dos valores e dos hábitos, sustentando um certo número de práticas em diferentes domínios (agricultura, pecuária, tratamento das águas utilizadas, autorizações administrativas, papel do Estado e das administrações públicas etc.); as emoções coletivas estimulam esta recusa, ativam ou bloqueiam as revisões. As emoções também estão presentes do outro lado do *front*: elas contribuem com a manutenção das certezas e valores de um grupo profissional que enfrenta desafios e ratificam um bloqueio coletivo de revisões que só podem existir coletivamente – processo em que há principalmente emoções de indignação e de cólera, raiva e até ódio, que alvejam não o “sistema” que impele ou até mesmo obriga os membros deste grupo a adotar práticas cujas consequências provocam mal-estar, mas os “ecologistas fundamentalistas” e os que lhes apoiam (notadamente, cientistas). Neste caso, “compartilhar a emoção da cólera e do ódio é transformar um bloqueio, uma incapacidade de revisar sua situação socioeconômica em uma resistência à revisão, em um valor comum, portanto. Porém, trata-se de um valor puramente negativo” (LIVET, 2002, p. 141). Os valores negativos motivam para a ação tanto quanto os valores positivos.

Para concluir, podemos acrescentar que os protocolos de longo prazo para tratamento do fenômeno – assumidos recentemente como compromissos pelos protagonistas do problema das algas verdes – também procedem de revisões coletivas de ambos os lados. Tais revisões foram possíveis pelo reconhecimento mútuo (limitado e certamente circunscrito a finalidades práticas) de coletivos distintos e até opostos. Este reconhecimento contém também uma dimensão muito importante que é uma partilha de emoções. Esta dinâmica de reconhecimento mútuo com um forte componente emocional representa um aspecto importante da instituição e da resolução do problema público que demandaria por si só uma pesquisa específica.



## Referências

BENNETT, M. R.; HACKER, P. M. **Philosophical Foundations of Neurosciences**. Oxford: Blackwell, 2003.

CEFAÏ, D. **Pourquoi se mobilise-t-on?** Paris: La Découverte, 2007.

DEWEY, J. What are states of mind?. In: \_\_\_\_\_. **The Middle Works, 1899-1924, vol. 7 (1912-1914)**. Carbondale: Southern Illinois University Press, 1979 [1912], p. 31-43.

\_\_\_\_\_. **Human Nature and Conduct**. New York: Dover Publications Inc, 1922.

\_\_\_\_\_. **Experience and Nature**. New York: Dover Publications Inc, 1925.

\_\_\_\_\_. **The Quest for Certainty**. New York: Milton, Balch & Company, 1929.

\_\_\_\_\_. Qualitative thought. In: \_\_\_\_\_. **The Later Works, 1925-1953, vol. 5 (1929-1930)**. Carbondale: Southern Illinois University Press, 1984 [1931], p. 243-262.

\_\_\_\_\_. **L'art comme expérience**. Pau: Publication de l'Université de Pau/Farrago, 2005 [1934].

\_\_\_\_\_. **Une foi commune**. Paris: Les empêcheurs de penser en rond, 2011a [1934].

\_\_\_\_\_. **La formation des valeurs**. Paris: Les empêcheurs de penser en rond, 2011b [1934].

\_\_\_\_\_. **Logique – théorie de l'enquête**. Paris: PUF, 1993 [1938].

EMIRBAYER, M; GOLDBERG, C. A. Pragmatism, Bourdieu and collective emotions in contentious politics. **Theory and Society**, 34. 2005, p. 469-518.

GILBERT, M. Collective remorse. In: JOKIC, A. (ed.). **War Crimes and Collective Wrongdoing**. Oxford: Blackwell, 2001, p. 216-235.

\_\_\_\_\_. Collective guilt and collective guilt feelings. **The Journal of Ethics**, 6. 2002, p. 115-143.

GOODWIN, J, JASPER, M, POLLETTA, F. (eds.). **Passionate politics: emotions and social movements**. Chicago and London: The University of Chicago Press, 2001.

GUSFIELD, J. **La culture des problèmes publics**. Paris: Economica, 2009 [1981].

HACKER, P. M. S. The conceptual framework for the investigation of emotions. **International Review of Psychiatry**, 16(3). 2004, p. 199-208.

QUÉRÉ

HOCHSCHILD, A. R. Emotion work, feeling rules and social structure. **The American Journal of Sociology**, 85(3). 1979, p. 551-575.

HUEBNER, B. Genuinely collective emotions. **European Journal for Philosophy of Science**, 1(1). 2011, p. 89-118.

JOHNSON, M. **The Meaning of the Body**. Chicago: The University of Chicago Press, 2007.

LIVET, P. Émotions et rationalité morale. Paris: PUF, 2002.

NISHIZAKA, A. Seeing what one sees: perception, emotion and activity. **Mind, Culture and Activity**, 7(1-2). 2000, p. 105-123.

TRAÏNI, C. (ed.). Émotions... Mobilisation! Paris: Presses de Sciences Po, 2009.

**Recebido:** 28/10/2019

**Aceito:** 31/10/2019